

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## AS POLÍTICAS LGBTI+ SOB FOGO CRUZADO: ascensão do conservadorismo brasileiro e a política da anti-diversidade

Quitéria Gabriela Cabral Xavier<sup>1</sup>Jardson Silva<sup>2</sup>Tathiane Conceição Silva de Souza<sup>3</sup>Silvana Mara de Moraes dos Santos<sup>4</sup>

### RESUMO

Este estudo objetiva analisar os impactos do recrudescimento do conservadorismo nas políticas públicas voltadas para o combate à violência LGBTIfóbica no âmbito do Estado brasileiro. À luz do método do materialismo histórico-dialético, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental em materiais pertinentes a temática do estudo e elaboramos uma exposição em dois momentos: no primeiro, buscamos investigar o avanço do conservadorismo no Brasil e suas expressões na violação de direitos da população LGBTI+; em seguida, analisamos as implicações dessa realidade nas políticas voltadas para esse segmento. Com este percurso, identificamos que em um cenário de crise política, econômica e social do capital, bem como avanço do neoconservadorismo, na figura da Nova Direita brasileira e da Frente Parlamentar Evangélica, os direitos sexuais e reprodutivos são alvos de ataques. Assim, as políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania LGBTI+ e enfrentamento de suas violações se constituem enquanto políticas frágeis e descontinuadas.

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual; População LGBTI+.  
Conservadorismo. Políticas Públicas.

### ABSTRACT

This study aims to analyze the impacts of the resurgence of conservatism on public policies aimed at combating LGBTIphobic violence within the scope of the Brazilian State. In the light of the historical-dialectical materialism method, we carried out a bibliographical and documentary research on materials relevant to our study theme and prepared an exposition in two moments: first, we sought to investigate the advance of conservatism in Brazil and its expressions in the violation of rights the LGBTI+ population; then, we

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestranda em Serviço Social; quiteria.xavier.102@ufrn.edu.br.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrando em Serviço Social; jardson.silva@ufrn.br.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestranda em Serviço Social; tathiane.silva.016@ufrn.edu.br.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutora em Serviço Social; silvana.mara.morais@ufrn.br.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

analyze the implications of this reality in policies aimed at this segment. We identified that in a scenario of political, economic and social crisis of capital, as well as the advance of neoconservatism, the Brazilian New Right and the Evangelical Parliamentary Front, sexual and reproductive rights are targets of attacks. Thus, public policies aimed at promoting LGBTI+ citizenship and confronting its violations are constituted as fragile and discontinued policies.

**Keywords:** Sexual Diversity. LGBTI+ population. Conservatism. Public Policy.

## 1 INTRODUÇÃO

A formação sócio-histórica brasileira é constituída de um imbricamento de relações sociais que produzem e reproduzem desigualdade social, racismo, patriarcado e anti-diversidade em diferentes expressões. Contudo, a partir do início do século XXI, a conjuntura brasileira tem sido marcada por singulares ameaças à vida social, suas manifestações podem ser identificadas por meio do desemprego, das violações de direitos, da exploração/opressão da força de trabalho que perpassam o cotidiano do conjunto da classe trabalhadora em sua diversidade e heterogeneidade. Esses processos assumem maior visibilidade social quando o associamos à regressão dos direitos do trabalho, às contrarreformas do Estado, ao recrudescimento do conservadorismo e ao aumento da violência, enquanto resultantes de um contexto de crise estrutural do capital.

Não obstante, adensando-se a esta realidade, apresentam-se também limitações à diversidade humana, como nas expressões da sexualidade e identidades de gênero, no caso das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e outras identidades de gênero (LGBTI+). Desse modo, apreende-se que na sociabilidade do capital, desde às suas origens ao momento presente, a diversidade humana é violada, a exemplo do que ocorreu/ocorre com os povos originários. Prevalece, desse modo, um conjunto de violações de direitos e formas de opressão que afetam a vida cotidiana.

É imperativo apreender que a sociabilidade do capital, mais especificamente em seu ideário neoliberal, impõe limites à efetivação do direito à livre expressão das

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



sexualidades e identidades de gênero, em sua dimensão ideológica, mas também por meio das práticas de reprodução da violação de direitos e da violência. A partir da imposição de modos de ser, de comportamentos predefinidos por critérios moralistas aos indivíduos, quando estes “se distanciam do padrão aceito socialmente (heterossexualidade; masculino; feminino e outra identidade de gênero diferente da biológica), são alvo de insultos gratuitos que atingem suas subjetividades e, frequentemente, ocorrem, também, agressões de caráter físico” (CISNE; SANTOS, 2018, p.126).

Esses discursos e práticas de ódio materializados em diferentes manifestações de violência e violação de direitos, resultantes, sobretudo, da LGBTIfobia e do sexismo, se tornaram ainda mais visíveis após o golpe jurídico-parlamentar-midiático sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016. Ademais, considera-se que o golpe é um dos marcos da ascensão da onda neoconservadora e da faceta mais cruel do neoliberalismo no Brasil, que ganha espaço no país a partir do avanço da extrema-direita, objetivada no bolsonarismo, com fortes traços fascistas e violentos.

Por estas razões, elegemos como objetivo deste estudo traçar uma análise acerca de como o recrudescimento do conservadorismo incide nas políticas públicas de enfrentamento à LGBTIfobia no Brasil, sobretudo em um contexto neoconservador e neoliberal. Assim, adotamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica em categorias pertinentes ao tema, bem como análise documental de programas e leis fundamentais para apreender o cenário das políticas públicas LGBTI+, tendo como direcionamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, com a perspectiva de totalidade na apreensão e análise do objeto e da vida social.

Para atingirmos nossos objetivos, estruturamos este trabalho em duas seções: a primeira consiste em uma análise do avanço do conservadorismo e suas expressões na violação de direitos da população LGBTI+; na segunda, abordaremos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



as implicações deste conservadorismo nas políticas públicas de enfrentamento à LGBTIfobia na realidade brasileira.

## 2 RECRUDESCIMENTO DO CONSERVADORISMO E SUAS EXPRESSÕES NA REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÃO LGBTI+

Na última década vivenciamos no Brasil o recrudescimento do ideário conservador. Essa nova faceta conservadora é nomeada por alguns pesquisadores/as, a exemplo de Lacerda (2019) e Barroco (2015), como neoconservadorismo. As raízes do pensamento conservador sempre se mostraram muito profundas na formação sócio-histórica brasileira, em face de seu passado colonial, bem como dos anos de repressão vividos na ditadura civil-militar (1964-1985). Essas matrizes tradicionalistas proporcionaram a naturalização da ideia de manutenção da ordem através da militarização da vida social (BARROCO, 2015); da moralização da questão social e da imposição da família monogâmica como sustentáculo das relações sociais.

O campo da sexualidade não fica imune ao pensamento moralizador e neoconservador. Historicamente, a ideia da diversidade sexual é obstaculizada pela naturalização do ideário patriarcal, que impõe o poder masculino no comando da família, que assume a forma tradicional, de caráter monogâmico. A presença de um homem, conforme o padrão viril do que seria a masculinidade, uma ou mais mulheres – tendo em vista que a monogamia é imposta apenas para as mulheres –, em uma relação de subalternidade ao homem e de cuidadora dos filhos e da sua prole, que deve seguir os mesmos padrões de “papel de gênero” desenhados por essa sociedade patriarcal. Assim, “a sexualidade e os papéis de gênero determinados e socialmente aceitos, operam como máquina de controle social, e estabelecem as formas dos indivíduos se relacionarem e se reproduzirem” (XAVIER, 2022, p. 15).

Nesse sentido, a manutenção da ordem patriarcal se alinha aos interesses burgueses, que vê na herança familiar uma forma de manutenção da propriedade

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



privada e de perpetuação das riquezas. Essa configuração de família patriarcal e monogâmica é

o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história, coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo masculino pelo feminino [...] e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros (ENGELS, 1984, p. 70-71).

Dessa forma, a ideia de uma sexualidade diversa, foi colocada moralmente como uma perversidade e acabou por ser duramente reprimida. As relações homoafetivas e a sexualidade das mulheres eram obstaculizadas pelo sistema cisheteropatriarcal, sendo permitida as relações heterossexuais que preservavam o modelo de reprodução social burguês. E mesmo assim, são os homens que possuem legitimidade social para o exercício do poder de decisão sobre a vida afetivo-sexual.

Nos dias atuais, o pensamento conservador reatualiza a noção ideológica de que a manutenção da ideia de “família tradicional” é a forma mais eficaz de resolução dos problemas sociais. O momento de crise orgânica proporcionou o fortalecimento do discurso preconceituoso em torno da antiversidade humana, e colocou as lutas pela diversidade e as conquistas dos direitos LGBTI+ e feministas como motivo para toda desordem social. É neste contexto que a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), age deliberadamente no intuito de reprimir e derrotar toda e qualquer pauta considerada “progressista”. A ascensão política dessa frente parlamentar é, para Trevisan (2018), quando analisa a experiência dos governos petistas até antes do golpe (2016), a materialização política da falta de interesse desses governos democrático-populares em priorizar as lutas em defesa da diversidade humana, colocando-as na roda das disputas pela governabilidade, tanto no executivo como no âmbito do legislativo.

A face mais grave desse movimento histórico de aprofundamento do conservadorismo, foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro, na época Partido Social Liberal (PSL) e atualmente Partido Liberal (PL), que usou além de outras estratégias destrutivas, a moralização da sexualidade e o racismo como trampolim político para se eleger Presidente da República. O antes deputado ganhou visibilidade política em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



meio a discursos machistas, misóginos, LGBTIfóbicos e racistas. Angariou votos pelos seus ataques violentos aos diferentes segmentos que se constituíram na luta pela diversidade humana.

O hoje, ex-Presidente da República, antes de se eleger presidente, proferiu falas como: “O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele. A gente precisa agir.”, “Não vou combater nem discriminar, mas se eu vir dois homens se beijando na rua, eu vou bater”.<sup>5</sup> Tal discurso explicita a direção social que, posteriormente, assumiria o governo Bolsonaro em relação às políticas públicas voltadas à população LGBTI+.

Durante seu governo, o aparelhamento ideológico, de caráter reacionário, das pastas ministeriais indicava o interesse da gestão em barrar conquistas dos campos progressistas. As manifestações do neoconservadorismo impulsionadas pela ascensão do bolsonarismo no Brasil são vistas diariamente através das diversas expressões de preconceito e violências vivenciadas pela população LGBTI+, fazendo com que o país seja considerado o que mais mata as pessoas dessa comunidade no mundo (GGB, 2023).

De acordo com o Relatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil produzido pelo Observatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), no ano de 2022, 256 pessoas LGBTI+ foram vítimas de morte violenta no país, do total 242 foram homicídios (94,5%) e 14 foram suicídios (5,8%), sendo o Nordeste a região em que mais ocorreram os óbitos (43,36%). Verifica-se, ainda, nestes dados que a cada 34 horas um LGBTI+ é assassinado ou morre por suicídio vítima da LGBTIfobia, o que reafirma que o Brasil é campeão mundial de crimes de intolerância à comunidade LGBTI+.

O que se observa é que os discursos e práticas de ódio são materializados em diferentes expressões de violência e de violação de direitos que implicam limitações

<sup>5</sup> Fala emitida por Bolsonaro em resposta a uma foto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao lado de uma bandeira LGBTI+, em 2002, mostrando apoio à lei de regularização da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em:

<[https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905200210.htm&sa=D&source=docs&ust=1683922298855095&usg=AOvVaw1KSmCjQUU-jDtE4pAPwa\\_](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905200210.htm&sa=D&source=docs&ust=1683922298855095&usg=AOvVaw1KSmCjQUU-jDtE4pAPwa_)>. Acesso em: 16 Abr. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



à vivência e expressão da diversidade humana. Esses crimes de LGBTIfobia acontecem diariamente na sociedade brasileira que, além de capitalista, permanece racista, patriarcal e cisheterossexista (CISNE; SANTOS, 2019).

Os aspectos da crueldade com que são realizadas as violências contra LGBTI+ revelam, também, uma tendência geral dos crimes de ódio, que é a tentativa de eliminação completa da humanidade, descaracterizando e humilhando as vítimas, ateando fogo aos corpos e, em alguns casos, sem qualquer constrangimento em expor suas práticas (DANTAS, 2020).

Para Silva e Santos (2019, p. 242):

Os crimes de ódio se constituem no desfecho dessa violência e no ápice profundamente deletério dessa cultura heteropatriarcal. Preconceito, discriminação, violação de direitos e violência em todas as suas dimensões parece instituir um circuito de reprodução de uma cultura que deforma consciências, desqualifica a existência e promove abertamente a eliminação da diversidade humana.

Assim, a LGBTIfobia, exposta através de atos de violência, se reproduz nas mais diversas formas, no âmbito das relações interpessoais às ações e omissões do Estado. O sistema cisheteropatriarcal-capitalista-racista não se mantém sem a violência, que consiste em um elemento imperioso de estruturação das relações sociais fundadas na desigualdade de classe, raça e sexo.

É neste sentido que a violência se constitui como a interdição à possibilidade de realização da emancipação humana, mas também da própria emancipação política, posto que se direciona na contramão do reconhecimento dos direitos e da diversidade. Trata-se de um fenômeno multifacetado e multideterminado, sendo “reflexo de uma sociedade forjada no heteropatriarcalismo, que escolhe diariamente aniquilar a diversidade humana para garantir a hegemonia dos dominantes” (DANTAS; SOUZA; PINHEIRO, 2021).

No enfrentamento e resistência a esta realidade, a população LGBTI+ se mostrou presente nos campos de luta, para reivindicar seus direitos e exigir um tratamento público do Estado frente à reprodução da LGBTIfobia. Politicamente, isso acaba se expressando na criação de políticas públicas voltadas a essa população,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

que surgem pela primeira vez no início do século XXI, embora sigam, ainda, um caminho muito lento de novas conquistas, conforme será abordado no item a seguir.

## 2.1 Conservadorismo e políticas públicas de enfrentamento à LGBTIfobia: “nunca se teve tanto e o que se tem ainda é muito pouco”<sup>6</sup>

É possível identificar que as expressões do conservadorismo no Brasil são marcadas por uma agenda pautada no fundamentalismo religioso, sendo o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 o marco do aprofundamento desta realidade. O golpe demarca a ascensão de uma Nova Direita no país, reacionária e de caráter neoconservador, responsável pela institucionalização de práticas LGBTIfóbicas, misóginas e racistas no âmbito político, através da evangelização das pastas dos direitos humanos, políticas contrárias aos direitos sociais, anti-gênero, anti-diversidade (QUINALHA, 2022) e anti-feminista.

Embora a LGBTIfobia sempre tenha estado presente no Brasil, houve movimentos de resistência a essa forma de opressão, desde vivências afetivo-sexuais que transgridem a dita “normalidade”, até a organização dos movimentos sociais. Nesse sentido, o Movimento LGBTI+ foi e é fundamental para o enfrentamento à naturalização das práticas afetivo-sexuais e relações cisheterossexuais, enfrentando, assim, o conservadorismo instituído nas relações sociais na realidade brasileira.

Na década de 1990, o movimento de gays, lésbicas e simpatizantes (GLS), nesta época denominado com esta sigla, teve um ativismo substancial na luta contra a moralização da epidemia do HIV/Aids no Brasil, que acometeu parte da população de homens que fazem sexo com homens e pessoas travestis e transexuais em virtude da vulnerabilidade social dessas pessoas, bem como da desresponsabilização do Estado em tratar a doença como questão de saúde pública. Anos depois, com a chegada dos governos petistas à Presidência da República, na figura de Luís Inácio

<sup>6</sup> In: MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. IN: **Cadernos Pagu**. n. 39, julho-dezembro de 2012. pp. 403-429.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Lula da Silva (2003 - 2011), abriu-se um cenário histórico na democracia brasileira de diálogo com os movimentos sociais, em que o movimento LGBTI+ também conquistou espaço.

Foi através das “Conferências Nacionais das políticas públicas e Direitos Humanos GLBT” que se iniciou a promoção da cidadania para população LGBTI+ no âmbito do Estado. Como maior fruto dessa construção coletiva entre governo federal e sociedade civil, identificamos o “Programa Brasil sem Homofobia - BSH” (2004), objetivando o combate à violência e à discriminação contra população LGBTI+ e de promoção de sua cidadania (BRASIL, 2004). Nesse contexto, os principais desdobramentos deste programa aconteceram no campo da educação e saúde: nesta, foi desenvolvido um comitê técnico que estruturou a Política de Saúde Integral da População LGBTI+ (2013) e a capacitação dos/as profissionais de saúde para atender e produzir conhecimento nessa área a partir das especificidades da saúde sexual e corpos deste segmento.

Apesar do avanço nos marcos legais, a efetivação destas políticas na saúde encontrou/encontra alguns desafios significativos, que vão desde o seu desfinanciamento, até a violência institucional a que o segmento LGBTI+ sofre nos espaços de saúde por parte dos/as profissionais, que violam seu direito à dignidade humana. Nessa perspectiva, Duarte (2014) analisa que:

[...] ainda persiste, nos setores conservadores da sociedade, a associação das orientações sexo-diversos à patologização desses sujeitos, por entenderem não serem condutas “naturais”, a partir de uma heterossexualidade compulsória hegemônica. Nessa perspectiva, precisam ser tratados e “curados”, como se houvesse algo a ser consertado, seja sua sexualidade, seja sua subjetividade (DUARTE, 2014, p.82).

No âmbito da Educação, o BSH desenvolveu produções de materiais didáticos e educativos como instrumento para a capacitação de professores/as no debate do gênero e diversidade para combater o preconceito no ambiente escolar, bem como para subsidiar o debate da orientação sexual, identidade de gênero e LGBTIfobia neste espaço. No ano de 2011, essa proposta quase se efetivou de forma mais densa através do Programa Escola sem Homofobia (BRASIL, 2011) por meio de material

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

impresso e audiovisual que dialogava com possíveis dúvidas e trazia elementos científicos sobre a temática. No entanto, no mesmo ano de sua publicação, as cartilhas do referido programa foram barradas pelo Governo Federal, à época Dilma Rousseff (PT), como consequência das pressões diretas da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, que já se fazia presente no Legislativo brasileiro e seguiu se fortalecendo nos anos seguintes. O Programa Escola sem Homofobia foi pejorativamente denominado pelas forças reacionárias de “kit gay”.

Embora representantes da bancada evangélica - ou “BBB”, referindo-se a bancada da bala, do boi e da bíblia - estejam na base da formação social brasileira com uma agenda conservadora e moralizante da vida cotidiana, bem como nas diferentes fases da democracia do país, ela se apresenta de formas distintas. Em 2016, com o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, a usurpação de Michel Temer (2016 - 2018) na Presidência da República brasileira representou um pacto entre o conservadorismo e o neoliberalismo no Brasil, com mudanças que possibilitaram a corrosão de inúmeros direitos da classe trabalhadora.

Nos dois anos deste Governo golpista, foi possível identificar a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos - alegando corte de gastos da máquina pública -, bem como esvaziamento orçamentário e representativo da pasta dos direitos humanos, ambas responsáveis pelas políticas voltadas à população LGBTI+. Essa realidade iniciada com o golpe de 2016 se aprofunda substancialmente com a chegada de Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022) (IRINEU; et al., 2021). Este representou o aprofundamento da aliança neoliberal com o neoconservadorismo no Brasil, em uma clara postura anti-povo, anti-direitos, anti-diversidade e de defesa da “família tradicional brasileira”, que é a família monogâmica, e incentivo do ódio a tudo que transgrida o que o bolsonarismo considera como “normal”.

Neste sentido, Irineu et al. (2021) destaca como retrocessos na agenda LGBTI+ na pasta ministerial dos direitos humanos: a) Redução da pasta dos direitos humanos ao “Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos”, que remove de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



suas diretrizes de promoção a defesa dos direitos da população LGBTI+ na reestruturação do Ministério; b) Damares Alves realiza um discurso sexista em sua posse do Ministério, onde diz que “É uma nova era no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa” e que “Meninos voltarão a ser príncipes e meninas princesas”<sup>7</sup>; c) Extingue o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD); d) Não cumpre a organização da Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBTI+, prevista para o ano de 2019 pelo CNCD LGBT no ano de 2016 na última Conferência; e) Esvaziamento na divulgação e tabelamento dos casos de violência e violação de direitos humanos contra população LGBTI+ no Canal “Disque 100”; f) Campanha #tudotemseutempo, que sugere e estimula a abstinência sexual como método contraceptivo, que ignora relações sexuais homoafetivas e transgênero.

Ademais, nas políticas para o segmento populacional LGBTI+ outras iniciativas restritivas de direito podem ser observadas. No Ministério da Saúde, foi identificado a reorientação das campanhas de prevenção às IST/Aids, que ignora as especificidades da saúde sexual LGBTI+ sob a justificativa de “não ofender as famílias”<sup>8</sup>. Outra ofensiva do Governo Federal foi através da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), a qual, por meio de fala do presidente em uma *live* no *Facebook*, afirmou que não iria destinar recursos da ANCINE para produção de filmes LGBTI+<sup>9</sup>.

Além dos já mencionados retrocessos, consideramos importante apontar a quebra de expectativa com relação ao censo do IBGE de 2022, que é palco de uma luta do movimento LGBTI+ pela inclusão de perguntas em seu questionário referentes à orientação sexual e identidade de gênero. Essas questões são fundamentais para a sistematização de dados sobre a realidade dos segmentos LGBTI+ no âmbito do

<sup>7</sup> Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acesso em: abr. 2023.

<sup>8</sup> Política de prevenção ao HIV não pode ofender as famílias, afirma novo ministro. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/politica-de-prevencao-a-hiv-nao-pode-ofender-as-familias-afirma-novo-ministro/>>. Acesso em: abr. 2023.

<sup>9</sup> Bolsonaro diz que não vai financiar produções com temas LGBT; conheça séries citadas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/16/bolsonaro-diz-que-nao-vai-financiar-producoes-com-temas-lgbt-conheca-series-citadas.ghtml>>. Acesso em: abr. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Estado, pois atualmente essas informações são organizadas e publicizadas exclusivamente pelas organizações da sociedade civil. Ademais, se constitui como importante tal inclusão no censo para subsidiar a construção de políticas públicas para essa população. No entanto, o IBGE recorreu a solicitação oficializada pelo Ministério Público do Acre e não incorporou a população LGBTI+ novamente no Censo Demográfico de maior pesquisa sobre a população brasileira.

Por fim, é importante destacar que diante da omissão do Legislativo brasileiro - capturado pela Frente Evangélica, como já evidenciado aqui - em decidir sobre a criminalização da LGBTIfobia, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou e por unanimidade alterou a Lei do Racismo (Lei 7716/89), que agora inclui a discriminação ou preconceito – além das já previstas de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional – de “gênero”, “sexo”, “orientação sexual” e “identidade de gênero”, equiparando o crime de homofobia e transfobia ao crime de racismo.

Embora essa seja uma conquista importante no enfrentamento das violências cotidianas de caráter LGBTIfóbico que essa população vivencia, pauta esta que vem sendo reivindicada pelo movimento LGBTI+ há quase vinte anos, as previsões do texto original da PLC 122/06 – projeto de lei inicial construído em parceria com os movimentos sociais, que criminaliza a homofobia e a transfobia – foram concedidas parcialmente. O fator de maior impacto negativo é o fato de os ministros terem colocado ressalvas quanto a manifestações contrárias a relações homoafetivas em templos religiosos, o que deixou lacunas para possíveis discursos de ódio presentes na sociedade brasileira, principalmente por líderes religiosos e pessoas de religiões cristã, que envoltos em um fundamentalismo religioso, moralizam e naturalizam a família tradicional brasileira.

Assim, é possível caracterizar o cenário de políticas públicas voltadas à população LGBTI+ como descontinuadas e frágeis, tendo em vista que, em sua maioria, se constituem como políticas de governo e não de Estado, sendo até mesmo em diferentes momentos entendidos como moeda de troca. “(...) até quando serão

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



tratadas como moeda de troca as questões referentes à diversidade sexual que tanto interferem na constituição da individualidade?” (SANTOS, 2013, p.159).

Dessa forma, nos momentos de ofensivas neoliberais do Estado capitalista em crise, os direitos da classe trabalhadora são os primeiros a serem expropriados em seus diversos extratos, inclusive no segmento LGBTI+. Nos momentos de ofensiva do capital no Brasil pós golpe de 2016, a Nova Direita brasileira avançou no aprofundamento do desfinanciamento das políticas públicas LGBTI+, sua extinção e na moralização das relações afetivo-sexuais, tendo a defesa da família tradicional como pilar fundamental.

### 3 CONCLUSÃO

O avanço do conservadorismo orquestrado pela Nova Direita e pela Frente Parlamentar Evangélica do país, sobretudo após o golpe de 2016, no contexto de desenvolvimento da crise estrutural do capital, em suas dimensões políticas, econômicas e sociais exacerba a face mais cruel da burguesia cisheteropatriarcal e racista contra a classe trabalhadora, em toda sua diversidade, evidenciando o Estado neoliberal através de sua função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação aos valores tradicionais, sendo parte de um projeto de hegemonia social do capital.

Como vimos, o Estado, em períodos democráticos, tem projetado respostas pontuais e fragmentadas no que concerne às políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania LGBTI+ e para o enfrentamento das formas de opressão. Em períodos de vigência de forças políticas reacionárias no comando governamental, a marca tem sido a destruição das conquistas anteriores e a disseminação de discursos e práticas de ódio, a exemplo do governo Bolsonaro e do bolsonarismo que se estende para além do governo. Portanto, considera-se que esse Estado é um dos principais violadores dos direitos desse segmento populacional, ora promovendo iniciativas aquém das necessidades históricas, ora destruindo iniciativas, que embora

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

parciais e inconclusas, geram efeito positivo na tarefa de reconhecimento, respeito e valorização da diversidade sexual e da livre identidade e expressão de gênero como expressões da diversidade humana.

Diante dessa complexa realidade, torna-se essencial considerar que somente através da luta coletiva é possível transformar essa realidade. A inserção e fortalecimento da diversidade sexual na agenda somente será possível a partir da articulação das organizações coletivas de esquerda (partidos políticos e movimentos sociais), consideradas decisivas para a construção de uma política pública brasileira de enfrentamento à LGBTIfobia, em uma perspectiva que valorize a vida, os direitos humanos e a convivência democrática. Ademais, esta luta deve, também, não perder de seu horizonte o direcionamento político e a perspectiva da classe social, buscando a construção de uma sociabilidade alternativa à ordem do capital, que contemple a diversidade humana, a igualdade e a liberdade substantivas, como entoa Rosa Luxemburgo (1871 - 1919), “[...] sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ed. 124, p. 623-636, dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escola sem Homofobia**. Brasília, 2011.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DANTAS, Michael Hudson. **Sobreviventes! Violência Contra LGBT no Nordeste Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - UFRN, Natal, 2020.

DANTAS, Michael Hudson; SOUZA, Luana Vanessa Soares Pinto de; PINHEIRO, Samya Katiane Martins. **Atuação do Serviço Social com População LGBT em**

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Contexto Ultraconservador e Pandêmico. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 41, p. 155-172, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34770>. Acesso em: 06 mai. 2023.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: Saúde e Cidadania LGBT em Cena. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), n. 27, p.77-98, jan./jun., 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família e da propriedade privada**. 9ª. ed. Guarulhos, São Paulo: Civilização Brasileira, 1984. 215 p. v. 99

GRUPO GAY DA BAHIA - GGB. **Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil**: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

IRINEU, B. A. et al. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonarismo. In book: **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Editora: Devires, p. 98-115, 2021.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Regan a Bolsonaro** / Marina Basso Lacerda. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos tempos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Sexualidade e liberdade sexual no contexto brasileiro atual. In: Cadernos de Crítica Feminista, Ano VII, N. 6 – dez 2013. SOS Corpo, Recife, 2013.

SILVA, Andrea Lima da; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. A cidade nunca foi de Dandara: violação da diversidade sexual e dos direitos da população LGBT. IN: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. de. (orgs.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed. rev. atual. e amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

XAVIER, Quitéria Gabriela Cabral. **A ofensiva burguesa e o novo espectro da direita no Brasil: o contributo do conservadorismo fundamentalista à construção da hegemonia capitalista contemporânea**. 2022. 66f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

PROMOÇÃO



APOIO